

# PERCEPÇÕES E PERFIL DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR: CARTÃO PRATO CHEIO

## *Perceptions and profile of users of the food provision program: Prato Cheio's Card*

Wanessa de Oliveira ROCHA<sup>1\*</sup>  Elisabetta Gioconda Iole Giovanna RECINE<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana. Brasília, DF, Brasil.

\*Autor Correspondente: [wanessa-rocha@hotmail.com](mailto:wanessa-rocha@hotmail.com)

### RESUMO

Apesar da redução da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) brasileira, 27,6% da população ainda vivencia algum grau de InSAN. No Distrito Federal, o Cartão Prato Cheio foi implementado para reduzir a InSAN das famílias em vulnerabilidade social. O programa concede um cartão para compra exclusiva de alimentos durante 9 meses, atendendo cerca de 100.000 famílias. Apesar da abrangência, há carência de informações sobre o impacto do auxílio nos domicílios. O objetivo deste estudo é analisar a percepção sobre o impacto na alimentação e apresentar o perfil dos usuários do programa. Trata-se de estudo transversal de abordagem qualitativa, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com os usuários do programa. Os resultados mostram que a maioria das entrevistadas é do sexo feminino (66,7%), negra (64,2%) e possui baixa escolaridade (42,9%). A partir da análise dos depoimentos, foram identificadas as seguintes categorias: vivências sem o auxílio, alterações na alimentação com o uso do cartão e experiências com o programa. Percebeu-se melhora na quantidade e qualidade da alimentação; no entanto, essa melhora ainda é insuficiente para suprir complementarmente as necessidades do domicílio. Foi possível inferir que o programa é bem alocado e contribui para o alívio na InSAN do Distrito Federal, mas ainda é insuficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de toda população em vulnerabilidade social no Distrito Federal.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional; fome; pobreza; assistência alimentar.

### ABSTRACT

Despite the reduction in Food and Nutrition Insecurity (FNI) in Brazil, 27.6% of the population still experiences some degree of FNI. In the Federal District, the Cartão Prato Cheio program was implemented to reduce FNI among socially vulnerable families. The program provides a card for the exclusive purchase of food for 9 months, serving approximately 100,000 families. Despite its scope, there is a lack of information on the impact of the aid on households. The objective of this study is to describe the perception of the impact on nutrition and the profile of the users interviewed. This is a cross-sectional, quantitative and qualitative study, with analysis of information from the social assistance network of the Federal District and semi-structured interviews with program users. The following categories emerged from the results of the interview: experiences without the aid, changes in nutrition with the use of the card, and experiences with the program. An improvement in the quantity and quality of food was observed; however, this improvement is still insufficient to fully meet the needs of the household. The majority of the interviewees were female (66.7%), black (64.2%) and had low levels of education (42.9%). It was possible to infer that the program is well allocated and contributes to alleviating the FNI in the Federal District, but it is still insufficient to guarantee food and nutritional security for the entire socially vulnerable population in the Federal District.

Keywords: food security; food assistance program; poverty; food assistance.

Citar este artigo como:

ROCHA, W. de O.; RECINE, E. G. I. G. Percepções e perfil dos usuários do programa de provimento alimentar: Cartão Prato Cheio. *Nutrivisa Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde*, Fortaleza, v. 11, n. 1, 2024. DOI: 10.52521/nutrivisa.v11i1.14422. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/nutrivisa/article/view/14422>.

## INTRODUÇÃO

Durante a pandemia da COVID-19, a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) aumentou significativamente em todo o mundo. O Brasil atingiu a marca histórica de 58,7% dos domicílios nesta situação em 2022 (Rede PENSSAN, 2022). Passado esse período, que foi marcado por aumento das desigualdades sociais e desemprego, houve redução expressiva no índice, chegando a 27,6% dos domicílios brasileiros com InSAN em 2023 (IBGE, 2024a).

Apesar da redução, o número de brasileiros InSAN ainda é elevado. Para mitigar os efeitos da fome, uma série de auxílios financeiros foi implementada durante a pandemia e continua em vigor até os dias atuais. Destacam-se programas locais de transferência de renda em diversos estados e no Distrito Federal, que fornecem cartões para a compra exclusiva de alimentos. Exemplos incluem o Distrito Federal (Cartão Prato Cheio) (Distrito Federal, 2022), Mato Grosso do Sul (Ser Família Emergencial) (Mato Grosso, 2022), Paraíba (Cartão Alimentação) (Leis Estaduais, 2021), Paraná (Comida Boa) (Paraná, 2021), Sergipe (Cartão Mais Inclusão) (Sergipe, 2020) e Tocantins (Cartão Alimentação) (Porto Nacional, 2023).

Estratégias de transferência de renda contribuem para o alívio imediato da insegurança alimentar, além de preservarem a autonomia e hábitos alimentares das famílias que recebem esses auxílios. A nível mundial, os programas mais conhecidos são o Programa de Assistência à Nutrição Suplementar (Supplemental Nutrition Assistance Program - SNAP) e o Programa Especial de Nutrição Suplementar para Mulheres, Bebês e Crianças (The Special Supplemental Nutrition Program for Women, Infants, and Children - WIC), ambos do governo dos Estados Unidos (Ratcliffe; McKernan; Zhang, 2011; Arteaga; Heflin; Gable, 2016).

Esses programas apresentam impactos positivos na redução da insegurança alimentar. O SNAP foi associado à redução de 30% da InSAN em 2011 (Ratcliffe; McKernan; Zhang, 2011) e aumentou a segurança alimentar dos usuários em 8,6 pontos percentuais (p.p) em 2021, em comparação com 2019 (período pré-pandêmico) (Brady *et al.*, 2023). Já o WIC foi considerado um fator de proteção à InSAN em um estudo de acompanhamento após o término do período de recebimento do auxílio em 2016 (Arteaga; Heflin; Gable, 2016).

Dentre as iniciativas brasileiras, o Distrito Federal (DF) implementou, em 2020, o Programa Cartão

Prato Cheio, que fornece, durante nove meses, o valor de R\$ 250,00 (cerca de 18% do salário mínimo atual) para compra exclusiva de alimentos. O programa foi criado inicialmente em caráter emergencial, em decorrência da pandemia, mas permanece até os dias atuais (Distrito Federal, 2022). Naquele período, 61,5% dos domicílios do DF estavam em insegurança alimentar (Rede PENSSAN, 2022).

Os critérios de adesão ao programa são: renda familiar igual ou inferior a meio salário mínimo per capita; situação de insegurança alimentar; inscrição no Cadastro Único ou no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social; e residir no Distrito Federal (Distrito Federal, 2022).

Atualmente, mais de 100.000 domicílios são atendidos com o auxílio, sendo priorizados aqueles que possuem famílias: monoparentais chefiadas por mulheres; com crianças até 6 anos, pessoas com deficiência e idosos; e pessoas em situação de rua (em processo de saída das ruas) (Distrito Federal, 2022). Em 2023, o Distrito Federal registrava 271.000 domicílios com algum grau de insegurança alimentar (IBGE, 2024a). Nesse contexto, o Cartão Prato Cheio beneficiou 36,9% da sua população-alvo. Além dessa iniciativa, o governo do DF também distribuiu cestas básicas de forma esporádica para as famílias que não se enquadravam nos critérios do programa. Como medida complementar a essas ações, foram oferecidas cestas de alimentos in natura, sempre que a disponibilidade orçamentária e a logística permitiram (Distrito Federal, 2022).

Apesar da ampla cobertura do programa, ainda não existem estudos que avaliem seus resultados em relação à insegurança alimentar ou que explorem as características do uso do auxílio. Nesse contexto, os objetivos deste estudo são apresentar o perfil dos usuários do Programa Prato Cheio e, a partir da percepção dos atendidos, descrever o impacto do programa na alimentação das famílias.

## MATERIAL E MÉTODOS

Estudo transversal, de caráter descritivo, qualitativo. Para a caracterização dos usuários do programa, foi realizada análise dos dados de todos os titulares do programa, disponibilizadas no banco de dados da Rede Socioassistencial do DF. O banco de dados contém informações dos titulares vigentes no mês de janeiro de 2024. Dados como: idade, sexo, local de

moradia, critério de prioridade do programa, e nível de insegurança alimentar foram analisados.

Para avaliação do nível de insegurança alimentar do domicílio foram utilizadas as pontuações da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009) disponível no banco de dados do Programa. A versão aplicada no cadastro do Programa consiste em oito perguntas, que avaliam a experiência dos domicílios nos últimos três meses. Os domicílios foram classificados de acordo com os critérios da ferramenta em que 0 pontos significa situação de segurança alimentar; entre 1-3 pontos: insegurança alimentar leve (incerteza sobre aquisição de alimentos no futuro e alteração na qualidade das refeições); 4-5 pontos: insegurança alimentar moderada (redução na quantidade de alimentos); acima de 6 pontos: insegurança alimentar grave (total alteração no padrão alimentar, podendo existir a fome).

Os dados disponibilizados pela Rede Socioassistencial do DF foram organizados em planilha do Programa Estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) em sua versão 23, e posteriormente realizada a análise estatística descritiva (frequências, médias e desvio-padrão). Por apresentar cunho de apenas caracterização, não foram realizados testes de inferências analíticas.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado. Foram entrevistados os usuários do programa, que estavam realizando suas refeições em algum dos seguintes restaurantes comunitários do DF: Sol Nascente/Pôr do Sol, Planaltina, Samambaia e Gama. Esses locais foram escolhidos por serem as regiões administrativas com maiores números de domicílios inscritos no Cartão Prato Cheio. O horário escolhido das entrevistas foi o do almoço, por apresentar maior movimentação nos restaurantes comunitários. Por tratar-se de uma análise qualitativa, este estudo encerrou-se no período em que houve saturação nas respostas das entrevistadas.

Para complementar os dados disponíveis no banco de dados, foram realizadas perguntas socioeconômicas para melhor compreender o perfil dos usuários: grau de escolaridade; ocupação; raça; número de habitantes no domicílio; número de participações no programa e a participação em outros programas socioassistenciais. A entrevista também abordou aspectos da alimentação e gastos domésticos antes do auxílio, alterações nas compras com o recebimento do Cartão Prato Cheio, dinâmica de uso do auxílio, redes de apoio, motivo pelo qual necessita do auxílio, sugestões e dificuldades durante o uso do cartão. Todos os entrevistados receberam e assinaram

o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com informações sobre a pesquisa (CAAE: 67445823.7.0000.0030).

As entrevistas foram gravadas e transcritas. Posteriormente, foram analisadas através do Programa Maxqda versão 24. As respostas foram analisadas conforme a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin (Bardin, 2015).

A análise foi realizada em três fases: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material; 3. Tratamentos dos resultados e interpretação. A pré-análise consistiu na organização geral do material e sistematização das ideias iniciais. Foi realizada leitura flutuante das entrevistas para conhecimento sobre os trechos e a escolha dos documentos que formaram o corpus da análise.

De acordo com Bardin (2015) a etapa de exploração do material é a administração sistemática das decisões tomadas na pré-análise. Neste momento, realizou-se a construção das operações de codificação através do recorte do texto em unidades de registro (parágrafos, palavras, frases ou expressões), e posteriormente, a agregação das informações em categorias.

Na terceira etapa, realizou-se o tratamento dos resultados (elegiu-se as categorias finais) e interpretação dos dados. Neste momento, buscou-se captar os conteúdos manifestos nas falas dos usuários, realizando inferências sobre as categorias existentes, e dos marcos teóricos pertinentes à investigação. Os seguintes temas surgiram na análise: vivências sem o auxílio, alterações na alimentação da família com o uso do Cartão Prato Cheio e experiências dos usuários com o programa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos usuários do Cartão Prato Cheio

Segundo os dados extraídos da planilha da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), em janeiro de 2024, o auxílio do Cartão Prato Cheio foi entregue a 97.115 domicílios, cobrindo 49,4% dos domicílios com InSAN no DF. A maioria dos titulares (79,8%) é do sexo feminino e possui faixa etária variando de 16 a 103 anos (média = 40 anos, DP = 13,7 anos).

Ao verificar a distribuição geográfica das famílias por Regiões Administrativas (RAs), identificou-se maior concentração nas regiões de Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Recanto das Emas e Gama.

Vale destacar que o Sol Nascente (local de entrevista) e Ceilândia estão entre as maiores regiões com insegurança alimentar grave no DF (IPEDEF, 2023). Em contraste as regiões: SIA, Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, Lago Sul e Park Way, que são, em sua maioria, regiões de maior renda domiciliar, possuem percentual inferior a 0,10% dos usuários.

Analisando as RAs através do índice de Vulnerabilidade Social (IVS), medida que varia de 0 a 1 em que valores próximos a 0 indicam baixa vulnerabilidade social, observamos as diferenças socioeconômicas do DF. As RAs com as maiores prevalências do auxílio possuem IVS variando entre 0,27- 0,48 em oposição com as regiões com poucos domicílios cadastrados que possuem IVS de 0,07- 0,17 (IPEDEF, 2024A). Com esses dados, é possível inferir que o auxílio está presente nos locais com maior concentração de pobreza, captando bem a população-alvo do programa.

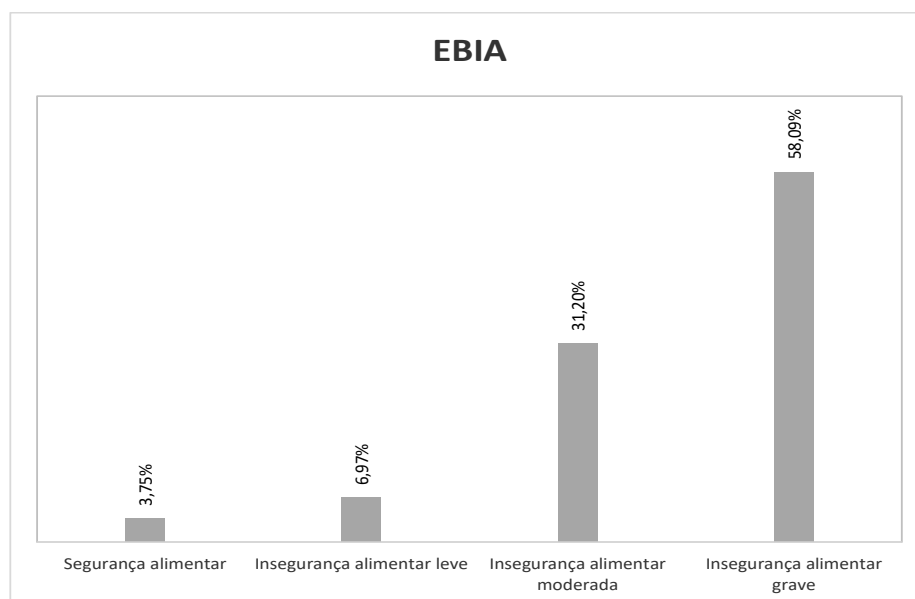
Ao analisar o grau de insegurança alimentar dos usuários do Cartão Prato Cheio (n= 58.473), foi possível observar a adequada focalização do programa, uma vez que 96,3% destes possuíam algum grau de insegurança alimentar, segundo a EBIA. Destaca-se que a maioria dos usuários estavam em situação de fome antes de começar a receber o auxílio (Figura 1).

Em relação à localização da insegurança alimentar grave, na Figura 2 é possível observar a distribuição dos usuários do Prato Cheio (n= 33.964) comparada à da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) realizada em 2021 (n=83.481) (IPEDEF, 2023). É possível inferir que o atendimento está bem distribuído nas regiões com níveis elevados de insegurança alimentar grave no DF, sendo realmente entregue aos domicílios que possuem menor acesso à uma alimentação adequada e saudável.

Ainda de acordo com os dados do cadastro da SEDES, outro aspecto que demonstra a vulnerabilidade dos titulares é o alto grau de dependência do auxílio, uma vez que, após o encerramento do período de recebimento, os participantes retornaram à fila para recebê-lo mais uma vez. A maioria (60,1%) recebeu o auxílio duas vezes, enquanto o restante participou do Programa três ou mais vezes. Durante as entrevistas, o desemprego foi identificado como o principal fator que leva à dependência do programa. A falta de renda compromete o acesso à alimentação adequada, fazendo com que os auxílios governamentais se tornem, muitas vezes, a única alternativa para garantir as refeições dentro do domicílio.

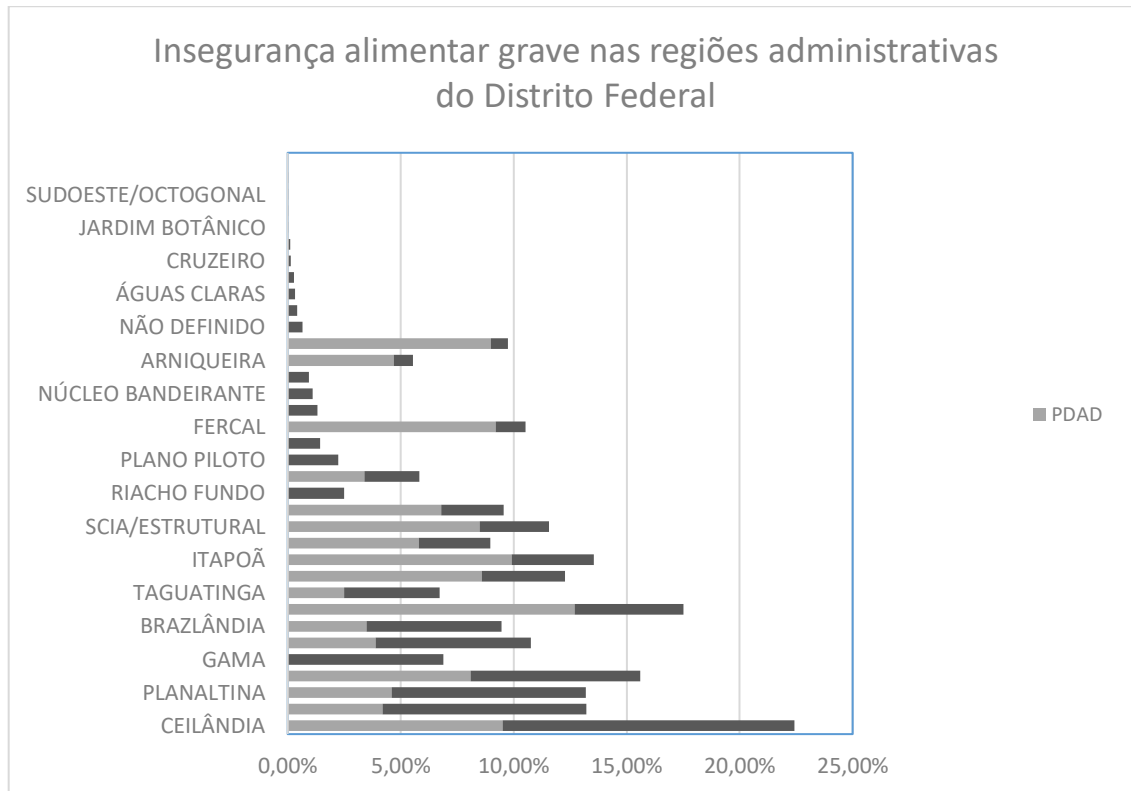
Ao analisar os critérios de prioridade estabelecidos pelo programa, observou-se que 35,3% das famílias

Figura 1 – Classificação da EBIA dos usuários do Cartão Prato Cheio, segundo dados da SEDES



Elaboração: Própria do autor

Figura 2 - Insegurança alimentar grave e sua distribuição no Distrito Federal, segundo dados da SEDES e PDAD 2021



Elaboração: Própria do autor

são monoparentais chefiadas por mulheres que possuem crianças de até 6 anos no domicílio. De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023, a maior prevalência da InSAN ocorre nos domicílios em que a mulher é a responsável (59,4%) (IBGE, 2024A). A maior vulnerabilidade em domicílios que têm a mulher como responsável pode ser explicada pela: jornada dupla de trabalho (remunerado e atividades domésticas), informalidade, desigualdade salarial e acúmulo de responsabilidades e deveres (BRAGA; COSTA, 2022).

#### Caracterização das entrevistadas

Foram entrevistadas 42 usuárias do Cartão Prato Cheio, quando se identificou nível de saturação nas respostas, sendo 30 usuários ativos no momento da entrevista e 12 em processo de renovação. Assim como os dados da SEDES, a maioria era do sexo feminino (66,7%), com idade média de 46 anos e moradoras de domicílios com até 4 habitantes. Em relação à raça, a

maioria se identificou como negra (64,2%) e informou ensino fundamental incompleto (42,9%).

A raça é apontada como um fator de vulnerabilidade para insegurança alimentar. Cerca de 65% dos domicílios brasileiros em InSAN eram chefiados por pessoas pretas ou pardas em 2022 (REDE PENSSAN, 2022). A população negra enfrenta desigualdades profundas que a coloca em piores situações socioeconômicas e restrições a direitos básicos. Em geral, as pessoas negras têm piores oportunidades laborais, menor remuneração e baixa escolaridade, quando comparadas às brancas. A mulher negra, sofre uma dupla carga de discriminação (raça e gênero), sendo a mais atingida pela InSAN, e tem menores oportunidades para alterar as condições que a mantêm na situação de pobreza (SILVA *et al.*, 2022).

De acordo com a PDAD, os fatores associados à insegurança alimentar no DF são: viver em uma RA de baixa renda; não possuir esgotamento sanitário; alta densidade de morador dividindo o mesmo cômodo



para dormir; ter um familiar PCD no domicílio; utilizar mais de 30% da renda no aluguel; renda domiciliar per capita até meio salário mínimo; receber algum auxílio do governo; e baixa escolaridade do responsável pelo domicílio (IPEDF, 2023).

Dentre as entrevistadas, foi observado que a maioria estava vinculada a algum programa social além do Cartão Prato Cheio (56,9%), residia em RA de baixa renda (50%) e possuía baixa escolaridade (52,4%). Dados que indicam que as usuárias do programa vivenciam uma realidade atrelada à pobreza, que pouco permite o acesso aos direitos básicos.

Vale destacar que boa parte das usuárias ainda necessita de outros auxílios para arcar com despesas básicas para sobrevivência, pois 45,2% das entrevistadas relataram participar do Programa Bolsa Família e 50% afirmaram possuir alguma rede de apoio para o provimento alimentar (igreja, família, doação de alimentos da comunidade e outras organizações).

O custo com a alimentação pesa mais sobre as famílias de baixa renda. De acordo com a POF 2017-2018, o custo médio da alimentação é de R\$ 209,12 per capita por mês (IBGE, 2020). Em 2024, esse valor representa cerca de 15% do salário mínimo atual. Esse montante é consideravelmente alto para essas famílias, especialmente as maiores, o que as leva a buscar outras estratégias para garantir a alimentação no domicílio.

Ao analisar o custo médio da alimentação segundo o IBGE (2020), observa-se que o auxílio do Cartão Prato Cheio é suficiente para cobrir a alimentação completa apenas de um único usuário da família. Assim, os titulares que vivem sozinhos conseguem assegurar uma alimentação mais completa em comparação com os domicílios que possuem um maior número de moradores.

#### Alimentação sem o Cartão Prato Cheio

A análise das entrevistas mostrou que, antes do início do recebimento do Cartão Prato Cheio, a alimentação era pouco variada e, na maioria das vezes, sofria ajustes quantitativos para se adequar ao orçamento familiar. Dentre os itens que foram substituídos ou retirados da lista de compras, as fontes proteicas, em especial a carne vermelha, foi a mais citada.

*“A alimentação era básica, fazia café, almoço, lanche, jantar... nunca faltou nada não, mas às vezes era difícil pra comprar a carne. Comprava mais o essencial que era arroz e feijão mesmo”.* (E15)

A compra de alimentos de origem animal com maior teor de gorduras saturadas e embutidos foi a estratégia adotada por algumas usuárias para garantir a carne das refeições. Esses alimentos geralmente possuem preços menores que os cortes mais magros e daqueles com menor grau de processamento, além de maior durabilidade quando se trata dos embutidos.

*“[...] comprava o mais barato, linguiça, coxa de frango, bisteca suína no lugar da carne de boi”.* (E21)

O preço é um fator relevante na escolha do alimento. De acordo com Passos *et al.*, (2019), há uma associação inversa entre o preço dos alimentos ultraprocessados e o excesso de peso no Brasil, especialmente no grupo com menor renda. Há também uma associação positiva entre a severidade da IA com a proporção energética advinda de produtos ultraprocessados (HUTCHINSON; TARASUK, 2022).

Nos Estados Unidos, os usuários do SNAP também possuem um alto consumo de alimentos ultraprocessados, cerca de 54,7% da ingestão energética (LEUNG *et al.*, 2022). Esse consumo elevado pode ser uma estratégia para garantir a alimentação até o final do mês, uma vez que o recurso muitas vezes não é suficiente para o período inteiro. Essas trocas alimentares, decorrentes da falta de recursos, acarretam prejuízos na qualidade da alimentação e na saúde.

Além do excesso de peso, o consumo elevado de ultraprocessados está relacionado ao desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Muitos usuários desconhecem sobre esse processo de adoecimento, e aqueles que conhecem não conseguem melhorar a qualidade da alimentação principalmente por falta de recursos. Tornando um ciclo difícil de ser interrompido até que seja cessada a causa da InSAN do domicílio, além da conscientização do impacto da alimentação na saúde.

As entrevistadas também relataram o baixo consumo de frutas, verduras e legumes. Segundo dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017-2018, o consumo desses itens vem se reduzindo ao longo

dos anos na população brasileira, especialmente nos domicílios com menor nível de renda (IBGE, 2020).

*"Ah, era normal, parecida com aqui (restaurante comunitário): tinha arroz, feijão, uma carninha, às vezes tinha verdura [...]. Sem o Prato Cheio era mais difícil pra comprar as carnes, o arroz e feijão sempre teve mas a carne nem sempre né. Fruta e verdura às vezes não tinha como comprar também."* (E14)

Relatos semelhantes indicam um padrão comum entre os usuários do programa: a substituição de alimentos in natura e/ou minimamente processados por alimentos ultraprocessados. Esse comportamento reflete a influência do preço nas escolhas alimentares. Nesse contexto, cabe ao programa desenvolver ações que facilitem a compra desses alimentos e incentivem seu aproveitamento integral, com o objetivo de aumentar o consumo de opções saudáveis entre seus beneficiários.

O programa envia mensagens de texto pelo celular (SMS) mensalmente aos usuários estimulando a adoção de hábitos alimentares saudáveis. Entretanto, cerca de 54% das entrevistadas relataram não receber/ler as mensagens do programa. Além do não recebimento, boa parte das entrevistadas possuem baixo grau de escolaridade, o que pode comprometer o entendimento do conteúdo enviado.

#### Mudanças com o Cartão Prato Cheio

As mudanças que ocorreram após o recebimento do auxílio variaram em relação a maior aquisição de alimentos, preferências alimentares e alterações qualitativas. O aumento na compra de alimentos de origem animal (80,9%) foi a principal mudança com o auxílio (Figura 3), além da manutenção no consumo de alimentos típicos da cultura brasileira, como arroz e feijão.

Elaboração: Própria do autor

A carne era o alimento menos consumido antes do recebimento do auxílio, dado condizente com o resultado do II VIGISAN, em que cerca de 70,4% das famílias brasileiras com insegurança alimentar moderada ou grave reduziram o consumo de carnes durante a pandemia (REDE PENSSAN, 2022). O maior custo desse item justifica a sua ausência ou substituição nas refeições. Vale ressaltar que o preço é um fator decisivo nas escolhas alimentares das famílias em vulnerabilidade e que a melhoria financeira reflete positivamente na qualidade da alimentação, conforme foi observado na aquisição dos alimentos com o incremento na renda familiar após o recebimento do Programa Bolsa Família (SOUTHIER; TRICHES, 2020).

*"Hoje com o Prato Cheio a gente compra mais umas coisinhas [...] ovo, compra leite, um danone... O que eu gosto de comprar mais com esse dinheiro é a carne mesmo. Arroz e feijão também compramos mais, compramos o melhorzinho agora"*. (E14)

O auxílio permitiu que as usuárias pudessem comprar alimentos diversos, não se preocupando somente com a quantidade. Esse padrão também é observado nos usuários do SNAP, que relataram que o auxílio promovia sensação de segurança alimentar, permitindo a compra de diferentes produtos alimentícios, incluindo os mais saudáveis (NIEVES *et al.*, 2021).

*"Antes dava pra comprar a quantidade pra mim, hoje dá mais um pouquinho porque todo mês tem aquele benefício na data certa e dá pra variar mais, compro tapioca e cuscuz"*. (E34)

Além disso, observou-se a inclusão de alimentos in natura, como frutas e verduras, que antes do auxílio nem sempre eram adquiridas. Algumas entrevistadas

Figura 3 – Produtos adquiridos com o Cartão Prato Cheio



Elaboração: própria do autor

relataram comprar primeiro o básico (composto por arroz, feijão e carne) e, com o restante do dinheiro que sobra, compram frutas, verduras e leite.

*“A alimentação hoje melhorou porque eu posso comprar verduras e frutas, antes não dava pra comprar”.* (E33)

Assim como no SNAP, algumas usuárias do Cartão Prato Cheio também relataram que o auxílio não é suficiente para garantir as refeições do mês inteiro. Entre os usuários do SNAP, observou-se um grau de IA maior no final do mês ( $p=0,03$ ), ou seja, o auxílio era suficiente para cobrir uma parte do mês, necessitando complementação (realocação) financeira ou redução na ingesta alimentar (NIEVES *et al.*, 2021; YOU *et al.*, 2021).

*“Ajuda um pouquinho, dá pra comprar arroz, óleo, carne, refrigerante. Hoje compro a mesma coisa, só que mais um pouco né. Tem dois ou três meses que comecei a receber. Não sobra dinheiro, só dá pra comprar um arrozzinho, umas coisinhas... só R\$ 250 não dá pra sobrar”.* (E24)

De maneira oposta, algumas entrevistadas informaram que, além da melhora nas compras de alimentos, às vezes era possível remanejar parte do saldo da família para outras despesas - uma vez que o auxílio colabora com a alimentação - como conta de luz, gás, aluguel, medicamentos e lazer. Quando isso ocorre (mesmo que pouco), há um alívio no orçamento familiar e melhora a proporção de gastos no domicílio.

*“[...] Com ele dá para você economizar e o dinheiro que seria para alimentação você pode colocar em outra coisa, até para lazer dos filhos”.* (E6)

Apesar das ressalvas em relação ao valor do auxílio, o Cartão Prato Cheio cumpre seu objetivo ao contribuir para o alívio da InSAN nos domicílios. Através dos relatos foram observadas melhorias na quantidade e qualidade alimentar, além de permitir autonomia nas escolhas alimentares.

#### Dependência do Cartão Prato Cheio

Apesar de ser auxílio emergencial durante um período de 9 meses, a maioria das entrevistadas afirma que, com o fim do recebimento do auxílio, não conseguirão manter a mesma qualidade/quantidade da alimentação. Os principais fatores limitadores declarados para garantia da alimentação adequada sem o programa foram: desemprego (54,8%), renda insuficiente para compra de alimentos (14,3%) e dependência de trabalho informal (9,5%).

*“Não tenho dinheiro suficiente pra comprar sem o Prato Cheio, vou pedir pra voltar pra fila mesmo. Hoje tô desempregada, mas tô procurando. As crianças ficam na creche durante o dia”.* (E23)

Apesar da redução na taxa de desemprego após a pandemia, hoje 15,5% da população economicamente ativa do DF ainda está desempregada, taxa mais elevada comparada à nacional (7,9%) (IBGE, 2024B). As RAs de menor renda possuem o maior índice de desemprego (20,2%), em comparação às RAs de alta renda (12%). O desemprego é maior no sexo feminino (17,7%) em relação ao sexo masculino (13,5%) (IPEDE, 2024B).

O desemprego está diretamente relacionado ao crescimento dos níveis de pobreza e exclusão social; portanto, a implementação de políticas para estímulo ao mercado de trabalho é essencial para diminuir as desigualdades.

O aumento do índice de inflação sobre os alimentos também resulta na queda do poder de compra dos consumidores (SAES; MIRANDA, 2023). Estima-se que, em 2024, seja necessário cerca de 53% do salário mínimo para aquisição dos alimentos que compõem a cesta básica (DIEESE, 2024). Esse tem bastante impacto no orçamento das famílias em vulnerabilidade.

Nota-se que os principais pontos a serem trabalhados com esse público são a capacitação e o aumento na oferta de empregos. A geração de renda é essencial para reduzir a dependência dos programas governamentais. Outro ponto, a nível maior, é a tentativa de estabilização dos preços alimentícios, com o estímulo governamental à produção local, por exemplo.

#### Estratégias de obtenção de alimentos

Metade das entrevistadas relatou possuir alguma estratégia de acesso aos alimentos quando



o conseguiam comprá-los. As doações de alimentos foram bastante citadas; entretanto, nem todas as entrevistadas recebiam esse tipo de ajuda. As igrejas aparecem como importante rede de apoio, realizando doações de alimentos com maior frequência:

*"Recebo doação da igreja, de três em três meses eles doam alguma coisa, geralmente um pacote de bolacha recheado pequenininho (eu sou diabética né aí como um pouquinho senão passo mal), um café, dois pacotes de arroz pequeno triturado, mas ajuda muito... aí vem uma sardinha."* (E13)

As doações de alimentos, apesar de contribuírem para o acesso de alimentos para a família, diminuem a autonomia das escolhas alimentares e podem ser culturalmente distintas e/ou não adequadas para algumas condições de saúde. Conforme relatado pela entrevistada E13, os alimentos fornecidos podem ser de baixo valor nutricional, e mesmo inadequados, serão consumidos pela falta de acesso a produtos melhores.

A ajuda advinda da família, amigos e vizinhos é vital para algumas entrevistadas. Poder contar com uma rede de apoio alivia a tensão de não ter comida suficiente em casa. Às vezes, é possível até conseguir algo fiado quando a situação fica difícil.

*"Comprava as comidas no mesmo mercado de sempre, eu compro lá já tem 10 anos, aí já tenho bom conhecimento de lá, sempre tá mais barato. Eu conheço o dono, ele muitas vezes deixa eu comprar pra pagar depois, quando aperta um pouco eu converso com ele."* (E11)

Entretanto, para algumas usuárias, pedir ajuda pode causar constrangimento e até impedi-las de solicitar o apoio. Comportamento similar foi observado nas entrevistas realizadas por McKay; McKenzie e Lindberg (2023), em que uma participante relatou preferir passar fome a pedir ajuda aos seus familiares.

*"Várias vezes quando tô sem dinheiro eu peço emprestado, mas as vezes fico sem mesmo pra não pedir ao povo"*. (E36)

Outro meio utilizado para garantir a alimentação é a frequência aos Restaurantes Comunitários (RC). Os

RC são equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional e contribuem para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) através da comercialização de refeições saudáveis com preço reduzido, destinadas principalmente à população em vulnerabilidade social (DISTRITO FEDERAL, 2023).

*"Não teve vez que não consegui comprar comida porque eu fiz logo o cadastro daqui, sempre quando tava com pouco dinheiro vinha pra cá. Antes da pandemia eu vinha só dia de sábado, agora venho quase todo dia"*. (E34)

O DF possui 16 RC ativos que fornecem almoço de segunda-feira a sábado (algumas unidades também fornecem desjejum e jantar). O preço varia de R\$0,50 a R\$1,00, podendo ser gratuito para pessoas em situação de rua. Além de fornecer refeições com baixo custo, esses restaurantes devem oferecer refeições que respeitem os hábitos alimentares e sejam saudáveis (DISTRITO FEDERAL, 2023).

Há ainda relato de uso do RC apenas em último caso, ou seja, quando não há dinheiro para realizar as refeições em domicílio:

*"Não recebo doação de ninguém e não gosto de comprar fiado, quando não dá mesmo eu venho aqui [restaurante comunitário] mas não fico sem comer"*. (E20)

O Programa Bolsa Família também foi citado como um meio para garantir a compra de alimentos. O auxílio complementou a renda de 42,9% das entrevistadas. A proporção de domicílios brasileiros atendidos pelo programa aumentou de 16,9% para 19% no período de 2022 a 2023 (IBGE, 2023); no DF 184.745 recebem o auxílio (BRASIL, 2024). Vale ressaltar que um estudo nacional mostrou que os usuários do bolsa família apresentam gasto 6% maior com alimentação em relação aos indivíduos em InSAN que não recebem o auxílio (MARTINS; MONTEIRO, 2016).

*"Com dois meses que acabou o Prato Cheio a gente começou a receber o Bolsa Família, que eu corri atrás né, aí agora melhorou mais um pouco. Porque água e luz lá em casa a gente paga quase 300, com o bolsa família e os saquinhos a gente tá se virando. A gente não paga*

*ave maria... Deus me livre...a gente ia tá passando fome."* (E17)

Através dos relatos, foi observado a importância do Programa Bolsa Família nesses lares, especialmente nos domicílios em que o chefe da família está desempregado ou possui trabalho temporário. Ao receber, em conjunto com o Prato Cheio, é possível reduzir o uso do Bolsa Família na alimentação, sendo remanejado para outras demandas do domicílio. Vale a reflexão e debate, com os entes públicos e sociedade civil, sobre como essa população pode ser assistida para melhoria de suas condições de vida, visando cada vez mais a menor dependência dos auxílios governamentais.

Esse trabalho possui algumas limitações, como a seleção dos locais da entrevista foram feitos de acordo com as RAs com maiores prevalências do auxílio. Vale investigar também as RAs com menor concentração para averiguar se há diferença nas experiências desses usuários. Outra limitação foi a coleta do dado renda familiar durante as entrevistas, poucos participantes souberam informar, o que limitou o uso desse dado. Sugere-se, para futuros estudos, análises quantitativas dos dados socioeconômicos dos titulares, a fim de definir o perfil dos usuários do programa.

## CONCLUSÃO

Os resultados acima mostram que o Programa Cartão Prato Cheio atende a população que mais sofre com a InSAN no DF. O auxílio promoveu melhorias quantitativas e qualitativas na alimentação. Porém os titulares ainda precisam usar estratégias complementares para garantir a alimentação do domicílio, como participar de outros programas governamentais e/ou implementados por outras organizações locais. Apesar dessas estratégias se complementarem e aumentarem o acesso ao alimento, a situação demonstra que o pleno exercício do DHAA está longe de ser alcançado nessa população.

Dentre as fragilidades do programa estão a duração restrita a nove meses e a não captação da população em InSAN em sua totalidade, ambas vão contra a própria definição de segurança alimentar e nutricional,

por não garantir o acesso à alimentação de toda população e de maneira regular.

Os resultados deste estudo reforçam a necessidade de um olhar mais vigoroso do Estado para promoção de políticas estruturais que aumentem a renda e quebrem o ciclo da pobreza na população. O direcionamento para soluções focadas nas causas da InSAN - como investimento nas capacitações laborais para maior inclusão no mercado de trabalho, manutenção e expansão dos auxílios sociais - são propostas para melhoria do quadro, tanto no DF quanto ao longo do país.

## REFERÊNCIAS

- ARTEAGA, I.; HEFLIN, C.; GABLE, S. The impact of aging out of WIC on food security in households with children. *Children and Youth Services Review*, v. 69, p. 82–96, 1 out. 2016.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 1. ed. São Paulo: Edições; 2015. 288 p.
- BRADY, P.J.; HARNACK, L.; WIDOME, R.; BERRY, K.M.; VALLURI, S. Food security among SNAP participants 2019 to 2021: a cross-sectional analysis of current population survey food security supplement data. *Journal of Nutritional Science*, v.12, 2023.
- BRAGA, C.; COSTA, L. Time use and food insecurity in female-headed households in Brazil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 39, p. 1–23, 6 abr. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social: Em junho, programa Bolsa Família chega a 184,7 mil famílias no Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia/jun24/em-junho-programa-bolsa-familia-chega-a-184-7-mil-familias-no-distrito-federal>. Acesso em: 24 jun. 2024
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Custo da cesta aumenta em 14 capitais. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2024/202402cestabasica.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024
- DISTRITO FEDERAL. Programas de Provisão Alimentar Direto. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/>

- programas-de-provimento-alimentardireto/>. Acesso em: 26 maio. 2022.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Social. Restaurantes Comunitários. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/restaurantes-comunitarios>. Acesso em: 26 mar. 2024
- HUTCHINSON, J.; TARASUK, V. The relationship between diet quality and the severity of household food insecurity in Canada. *Public Health Nutrition*, v. 25, n. 4, p. 1–39, 23 set. 2021.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD 2023: segurança alimentar. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2024a
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trimestre móvel Jan.-Mar. 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: rendimento de todas as fontes: Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2020.
- IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. Retratos Sociais DF 2021: Segurança alimentar no Distrito Federal: um panorama sociodemográfico. Brasília: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal; 2023
- IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. Evolução do índice de vulnerabilidade social do Distrito Federal (IVS-DF) 2018-2021. Brasília: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal; 2024a.
- IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. Mercado de trabalho no Distrito Federal: Resultados de março de 2023 a março de 2024. Brasília: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal; 2024b
- LEUNG, C. W. et al. Food insecurity and ultra-processed food consumption: the modifying role of participation in the Supplemental Nutrition Assistance Program (SNAP). *The American Journal of Clinical Nutrition*, v. 116, n. 1, 24 fev. 2022.
- MARTINS, A. M.; MONTEIRO, C. A. Impact of the Bolsa Família program on food availability of low-income Brazilian families: a quasi experimental study. *BMC Public Health*, v. 16, n. 1, 19 ago. 2016.
- MATO GROSSO. Programa Ser Família. Mato Grosso, 2022. Disponível em: <<https://portal.mt.gov.br/app/catalog/assistencia-social-e-cidadania/executar-o-programa-%22ser-familia%22>>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- MCKAY, F. H.; MCKENZIE, H.; LINDBERG, R. The coping continuum and acts reciprocity – a qualitative enquiry about household coping with food insecurity in Victoria, Australia. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, v. 47, n. 1, p. 100004, 1 fev. 2023.
- NIEVES, C. et al. “Come with us for a week, for a month, and see how much food lasts for you.” A Qualitative Exploration of Food Insecurity in East Harlem, New York City. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, v. 122, n. 3, ago. 2021.
- PARANÁ. Programa Estadual de Transferência de Renda - Comida Boa | Secretaria da Justiça e Cidadania. Paraná, 2021. Disponível em: <<https://www.justica.pr.gov.br/ComidaBoa>>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- PASSOS, C.M.; MAIA, E.G.; LEVY, R.B.; MARTINS, A.P.B.; CLARO, R.M. Association between the Price of ultra-processed Foods and Obesity in Brazil. *Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases*, v. 30, n. 4, p. 589–598, abr. 2020.
- PORTO NACIONAL. Prefeito de Porto Nacional lança programa "Cartão Alimentação", que beneficiará 1 mil famílias. Tocantins, 2023. Disponível em: <<https://www.portonacional.to.gov.br/index.php/blog-de-noticias/29-semas/4414-prefeito-de-porto-nacional-lanca-programa-cartao-alimentacao-que-beneficiara-1-mil-familias>> Acesso em: 31 junho. 2024.
- RATCLIFFE, C.; MCKERNAN, S.-M.; ZHANG, S. How Much Does the Supplemental Nutrition Assistance Program Reduce Food Insecurity? *American Journal of Agricultural Economics*, v. 93, n. 4, p. 1082–1098, jul. 2011.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PENSSAN. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasil: Penssan, 2022.
- SAES, M.S.M; MIRANDA, S.H.G. Fome e produção de alimentos. *Jornal da USP*, São Paulo, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/>

fome-e-producao-de-alimentos/. Acesso em: 30 jul. 2024

SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segur Aliment Nutr*, Campinas, v. 16, n.2, p. 1-19. 2009.

SERGIPE. Governo de Sergipe e municípios pactuam execução do Programa Cartão Mais Inclusão. Sergipe, 2020. Disponível em: <[https://www.se.gov.br/noticias/assistencia-social/governo\\_de\\_sergipe\\_paga\\_beneficio\\_de\\_fevereiro\\_do\\_cartao\\_mais\\_inclusao](https://www.se.gov.br/noticias/assistencia-social/governo_de_sergipe_paga_beneficio_de_fevereiro_do_cartao_mais_inclusao)>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SILVA, S.O.; SANTOS, S.M.C.; GAMA, C.M.; COUTINHO, G.R.; SANTOS, M.E.P.; SILVA, N. J. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, 5 ago. 2022.

SOUTHIER, N; TRICHES, R, N. Programa Bolsa Família: impacto na alimentação e papel da aquisição não monetária no meio urbano e rural. *Interações*, v. 21, n. 4, p. 871–884, 30 out. 2020.

YOU, S. et al. Timing of Supplemental Nutrition Assistance Program Benefits and Families' Home Food Environments. *Pediatrics*, v. 148, n. 2, 1 ago. 2021.

RECEBIDO: 14.10.2024

REVISADO: 11.12.2024

ACEITO: 11.12.2024

PUBLICADO: 13.12.2024